



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS

MARCOS PRADO ROSIN

USO INDISCRIMINADO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA ÁREA DE
ABRANGÊNCIA DA USF DR. GERALDO PAULIN - ITAPUÍ/SP: UM PROJETO DE
INTERVENÇÃO

SÃO PAULO
2018

MARCOS PRADO ROSIN

USO INDISCRIMINADO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA ÁREA DE
ABRANGÊNCIA DA USF DR. GERALDO PAULIN - ITAPUÍ/SP: UM PROJETO DE
INTERVENÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Especialização em Saúde da
Família da Universidade Federal de São Paulo
para obtenção do título de Especialista em
Saúde da Família

Orientação: NIELSE CRISTINA DE MELO FATTORI

SÃO PAULO
2018

Resumo

Foi percebido, na unidade básica de saúde Dr. Geraldo Paulin, no município de Itapuí-SP, um número elevado de pessoas que usam medicamentos psicoativos de forma errônea e abusiva. Com base nesse problema, foi proposta a elaboração de estratégias visando à diminuição desse uso incorreto e prejudicial - tanto aos usuários quanto às finanças governamentais.

O trabalho tem como objetivo o conhecimento dos medicamentos de uso mais prevalentes na população, a reavaliação dos hábitos de tomada e o estímulo ao uso racional dos mesmos, além da introdução de formas alternativas de tratamento - trazendo benefícios para todos os envolvidos no processo de saúde-doença.

Pretende-se realizar questionários durante a realização do projeto (tanto para usuários, quanto para equipe de saúde) analisando assim, de forma objetiva, a efetividade das ações e a qualidade da educação continuada para a equipe de saúde. Por acréscimo, comparar dados e valores pré e pós intervenção, buscando comprovar economias financeiras com medicamentos e diminuição de complicações relacionadas ao uso inadvertido dos mesmos.

Através da conscientização da equipe multidisciplinar de saúde, da gestão municipal e da população, espera-se incentivar propostas terapêuticas alternativas - porém não menos eficazes - e, conseqüente, a diminuição do uso irracional destes medicamentos. Também, visa à criação de protocolos que orientem a prescrição terapêutica (não apenas medicamentosa) e o processo de referência para especialistas, quando necessário. Por conseguinte, ocorrerá a diminuição dos gastos governamentais com tais substâncias, muitas vezes, desnecessárias e com o tratamento de complicações.

Palavra-chave

Controle de Medicamentos e Entorpecentes. Dependência Química. Doenças do Sistema Nervoso. Equipe Multiprofissional. Equipe de Saúde. Medicamento. Medicamentos para a Atenção Básica. Promoção da Saúde. Saúde Mental. Substâncias Controladas. Unidade Básica de Saúde

Introdução

"Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 50% de todos os medicamentos são incorretamente prescritos, dispensados e vendidos; e mais de 50% dos pacientes os usam incorretamente." (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012)

Para o uso racional de medicamentos, Silva de Aquino (2008) nos diz que esta mesma instituição propõe que se estabeleça: a necessidade do uso do medicamento e que, além disso, se receite o medicamento apropriado, de acordo com padrões de eficácia e segurança. É necessário que o medicamento seja adequado na forma farmacêutica, doses e período de duração do tratamento. Deve haver disponibilidade de modo oportuno, a um preço acessível do mesmo. Há de se ter boa qualidade, de forma comprovada. A dispensação precisa de condições adequadas, com a necessária orientação e responsabilidade. O regime terapêutico prescrito necessita ser cumprido da melhor maneira possível.

Nota-se, na área de abrangência da Unidade de Saúde da Família Dr. Geraldo Paulin, no município de Itapuí-SP, um grande número de pacientes que buscam o serviço para renovação de receitas antigas contendo medicamentos psicoativos. Tais pacientes, muitas vezes, atuam no sentido de que precisam, cada vez mais, de doses maiores para manter os efeitos desejados por eles. Em muitos casos utilizam medicamentos diferentes de uma mesma classe farmacológica, pois procuram médicos em diferentes serviços da cidade, os quais acabam prescrevendo sem saber o histórico do usuário e, posteriormente, na unidade básica têm a receita renovada sem que seja feita uma avaliação do prontuário/usuário e da real necessidade de uso. Acabam, por vezes, esquecendo-se que o tratamento, em casos de distúrbios nos quais psicoativos são necessários, é mais abrangente e necessita de outras terapias, não medicamentosas, associadas, como propõe o próprio Ministério da saúde (2012).

Quando são questionados em consulta médica, ou pelos outros membros da equipe multidisciplinar, geralmente não sabem sobre possíveis efeitos colaterais e nem sobre uma possível dependência medicamentosa. Na unidade não há nenhum grupo de atenção voltado aos pacientes que fazem uso de substâncias e medicamentos psicoativos. Não há também incentivo para que os usuários compareçam em consultas agendadas para buscar orientação e, possivelmente, reajuste de doses/medicamentos.

Este projeto de intervenção segue a lógica da ANVISA (2005) que firmou parceria com entidades médicas e farmacêuticas, visando a reduzir os efeitos negativos do mal uso de medicamentos e, justifica-se, pela importância de tentar mudar a lógica desta população que, atualmente, encontra-se dependente destes psicoativos, o que também gera um custo enorme aos cofres públicos - em grande parte das vezes, sem nenhuma necessidade médica formal. Essa mudança passa pelo conhecimento do perfil dos usuários e medicamentos em uso, pela educação permanente da equipe de saúde - tornando todos profissionais aptos a detectar abuso de psicoativos - e, por fim, conscientizar a população e a administração pública acerca dos malefícios causados.

Objetivos (Geral e Específicos)

♦ Objetivo Geral:

Elaborar estratégias para promover a diminuição do uso indiscriminado de substâncias psicoativas na população de abrangência da Unidade Básica de Saúde Dr. Geraldo Paulin, no município de Itapuí-SP.

♦ Objetivos Específicos:

- Elencar os principais medicamentos psicoativos utilizados pela população local;
- Reavaliar casos em que há uso concomitante de mais de um medicamento da mesma classe farmacológica;
- Alertar os pacientes sobre os efeitos colaterais e possíveis problemas que tais medicamentos podem causar;
- Elaborar estratégias para que a equipe de saúde tenha capacitações e ações educativas, contribuindo para o desencorajamento do uso inadvertido de tais medicamentos;
- Conscientizar a equipe de saúde, esferas governamentais locais e população sobre os males gerados com o uso indiscriminado de medicamentos psicoativos.

Método

♦ Local:

O presente projeto de intervenção tem como local a Unidade de Saúde da Família Dr. Geraldo Paulin (Balneário Mar Azul), localizada na cidade de Itapuí, interior do estado de São Paulo.

♦ Público-alvo e Participantes:

Usuários desta unidade, os quais fazem uso de substâncias psicoativas (de acordo com registro em prontuário ou por busca ativa), pretendendo identificar possíveis abusos, usos inadequados ou, até mesmo, dependência. O projeto busca ter apoio de toda equipe multiprofissional, atuante na área de abrangência deste serviço de saúde, tanto na identificação de possíveis usuários quanto nas ações propostas para que se tenha mudança nos hábitos inadequados.

Pretendemos , com isso, levar os resultados até a gestão municipal para que se tenha ideia dos custos e malefícios do uso indiscriminado de substâncias psicoativas, buscando parcerias na tentativa de inibir e criar protocolos que formalizem a forma com que as pessoas têm acesso a tais substâncias na rede pública da cidade, além de melhorar a qualidade de terapias não medicamentosas, quando indicadas.

♦ Ações:

- Realizar revisão de prontuários da unidade buscando usuários que façam uso de medicamentos psicoativos. Elencar os medicamentos, doses e frequência das tomadas, para que se tenha conhecimento dos quais são utilizados e de que forma os mesmos são tomados. Identificar possíveis usos não protocolados e convocar tais pacientes para que se tenha esclarecimentos acerca de tal uso.

- Buscar orientar os pacientes em consultas, ou grupos, acerca dos malefícios que tais medicações podem trazer quando utilizadas de forma inadequada e abusiva, além da possível dependência.

- Realizar ações educativas para toda equipe multidisciplinar visando a que todos sejam capazes de identificar possíveis abusos e orientar a população a respeito do uso inadequado e dos possíveis danos à saúde. Buscar que toda equipe realize atividades de educação continuada, com avaliações periódicas, sobre o assunto. Introduzir o tema e discutir casos duvidosos em reuniões de equipe.

- Elencar objetivamente pacientes em uso inadequado e realizar levantamento, junto à gestão municipal, do custo desse abuso aos cofres públicos, mostrando o desperdício que se tem com a falta de protocolos objetivos, falta de orientação e falta de controle mais rigoroso na entrega e renovação de receitas desses pacientes.

- ♦ - Confeccionar protocolos objetivos para que se tenha de forma clara e objetiva as indicações e necessidades de prescrição de terapia psicoativa medicamentosa na atenção primária, com indicações de referenciamento ao especialista e a terapias não medicamentosas, quando adequadas.

- ♦ Avaliação e Monitoramento:
 - Analisar prontuários e realizar busca ativa, em parceria com os agentes de saúde, naqueles que possam conter algum tipo de dúvida nas informações, para que as mesmas sejam corrigidas e atualizadas, caso necessário.

 - Realizar questionário objetivo com os usuários depois das orientações da equipe de saúde em grupos, ou individualmente, para que se tenha um dado objetivo do quanto a informação foi efetiva e o se houve mudança na percepção do paciente em relação ao tema abordado.

 - Analisar a evolução do conhecimento da equipe de saúde sobre o assunto em questionários objetivos, para que possa ser mensurado o quanto a educação continuada e as discussões em reuniões de equipe foram capazes de agregar conhecimento.

 - Ter dados prévios e posteriores às ações, para comparar e conseguir mensurar as alterações que foram realizadas nas prescrições de forma objetiva. A periodicidade será de 6 meses para nova revisão. Com isso, conseguimos calcular valores que foram potencialmente economizados pelo município diretamente com a compra de substâncias psicoativas que tinham prescrições inadequadas. Além disso, o quanto de possíveis complicações foram evitadas (também oneram outros níveis de atenção à saúde) e o quanto a qualidade de vida foi melhorada para a população com terapias não medicamentosas - as quais são muito efetivas.

Resultados Esperados

Espera-se, a partir deste trabalho, estimular em toda equipe de saúde e, principalmente, na população o uso racional de medicamentos psicoativos e a busca por formas alternativas - que podem também mostrar-se bastante eficazes - de tratamento para determinados problemas psíquicos. Além disso, busca-se diminuir custos governamentais gerados com o uso inadvertido de medicamentos e, também, com o grande número de complicações causadas por este motivo. Por fim, espera-se ainda que casos complexos, de difícil manejo, sejam referenciados de forma objetiva para especialistas, buscando sempre a integralidade e a multidisciplinaridade em cada tratamento.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Uso racional de medicamentos: temas selecionados. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Cartilha para a promoção do uso racional de medicamentos. Brasília: Ministério da saúde, 2015.

ANVISA. Parcerias para reduzir o mau uso de medicamentos. Informes técnicos institucionais. Revista Saúde Pública, São Paulo, 40(1):191-4, 2006.

LEITE, Silvana Nair; VIEIRA, Mônica; VEBER, Ana Paula. Estudos de utilização de medicamentos: uma síntese de artigos publicados no Brasil e América Latina. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 13, supl. p. 793-802, Abr. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-1232008000700029&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 ago. 2017.

Silva de Aquino, Daniela. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? Ciência & Saúde Coletiva, vol. 13, pp. 733-736, abril, 2008.

World Health Organization (WHO). WHO Collaborating Centre for Drug Statistics Methodology. WHO Collaborating Centre for Drug Utilization Research and Clinical Pharmacological Services. Introduction to drug utilization research. Oslo, 2003.